

Cur

Dose Excessiva

Edição

p 10

18 MAI 1987

JORNAL DO BRASIL

A luta das estatais por maior poder reflete-se na ampliação da tutela monopolista que a Subcomissão da Ordem Econômica propõe para o país, segundo ela, do ano 2000. O relatório que expande sem nenhum limite a economia de comando, a título de estimular a economia de mercado, só faz na realidade fechar o cerco do Estado à livre iniciativa.

O projeto constitucional de "consenso" apresentado pelo relator Virgildásio de Senna expõe uma contradição essencial. De um lado, quer admitir os investimentos de capital estrangeiro "no interesse nacional"; e, de outro, fixa as regras que alijam a participação que vem de fora num elenco que vai dos bancos de depósitos às empresas financeiras de seguro, de capitalização, de consórcios e outras.

Esse mesmo conceito de "liberdade" econômica a Subcomissão invoca ao estender os monopólios. Pois consolida a intervenção do Estado no petróleo, nas telecomunicações, na energia nuclear e ainda a distribui para as áreas de refino, do transporte marítimo e dos dutos petrolíferos. É uma dose de tutela que no mínimo terá o efeito de transformar quase todos os habitantes do país em funcionários das estatais.

As conclusões a que chegam subcomissões da Constituinte não implicam decisão sobre a Constituição. É ao plenário que vai caber a palavra final. Mas comprovam a tendência partidária e a motivação ideológica da assembléia. Na Subcomissão da Ordem Econômica essas impressões se inclinam a caracterizar um nacionalismo de face esquizofrênica, algo do

museu republicano do tempo de campanhas como "o petróleo é nosso" ou "a Amazônia é intocável".

Se o país está procurando viabilizar a transformação de parte da sua dívida externa em investimentos de risco, uma fórmula prática que encontra amplo apoio da sociedade, por que incorporar à tutela do Estado compromissos e ônus que só podem agravar as suas dificuldades? Isso não só resulta num monumental choque de vontades — a vontade das correntes estatizantes contra a vontade de crescentes parcelas da população — como, também, num retrocesso capaz de interromper o progresso da nação para devolvê-la à contemplação do seu umbigo de eterna potência terceiromundista.

O Estado já arca com uma despesa colossal, cada vez mais insuportável. Para que aumentar essa carga? Por que não se indicam os meios com que sustentar a corte do empreguismo e do clientelismo que derivam fatalmente da multiplicação das estatais? É preciso bom senso, pelo menos. E, afinal, é isto o que a sociedade mais espera da Constituinte.

Estatisticamente somos uma potência que se desamarra do atraso para ocupar um lugar mais confortável entre as nações desenvolvidas. Na prática, temos um nacionalismo vesgo que quer voltar ao seio dos países do 3º mundo que se esmeram em déficits públicos na mesma proporção em que se despreocupam com as carências dos seus habitantes. Para corrigir os desvios que sobrecarregam de incertezas o Brasil, não é pelo caminho estatizante que devemos seguir.